

18 NOV 2025

1º Secretário

PROTOCOLO

Estado de Rondônia
Assembleia Legislativa

18 NOV 2025

Protocolo: 1310/25

PROJETO DE LEI
ORDINÁRIA

Nº

1217/25

AUTOR: DEPUTADA ESTADUAL IEDA CHAVES – UNIÃO BRASIL

Institui, no âmbito do Estado de Rondônia, a Política Estadual de Conscientização e Atenção Integral à Síndrome de Tourette, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Estado de Rondônia, a Política Estadual de Conscientização e Atenção Integral à Síndrome de Tourette, com o objetivo de promover o conhecimento sobre a condição neurológica, suas características, formas de diagnóstico, tratamento e inclusão social.

Art. 2º São diretrizes da Política Estadual de Conscientização e Atenção Integral à Síndrome de Tourette:

I – conscientizar a sociedade sobre as características, causas, diagnóstico e possibilidades de tratamento da Síndrome de Tourette;

II – promover o acolhimento, a empatia e a inclusão social de pessoas com a síndrome nos ambientes escolar, familiar, profissional e comunitário;

III – combater o preconceito, a desinformação e a estigmatização associada à condição;

IV – capacitar profissionais das áreas da saúde, educação e assistência social para identificar, acolher e encaminhar pessoas com sinais da síndrome;

V – estimular a criação e o fortalecimento de redes de apoio a famílias e cuidadores;

VI – fomentar a produção e divulgação de estudos científicos, materiais didáticos e informativos atualizados sobre a Síndrome de Tourette.

Art. 3º As ações decorrentes desta Política compreenderão iniciativas educativas, formativas, assistenciais e informacionais voltadas à população em geral, às instituições de ensino, aos profissionais da saúde, aos órgãos públicos e às entidades públicas e privadas.

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI
ORDINÁRIA

Nº

AUTOR: DEPUTADA ESTADUAL IEDA CHAVES – UNIÃO BRASIL

Art. 4º O Poder Executivo Estadual poderá firmar parcerias e/ou buscar cooperação com entidades, universidades, associações e organizações da sociedade civil com atuação reconhecida na área para a implementação da Política ora instituída.

Art. 6º As ações de conscientização sobre Síndrome de Tourette poderão ocorrer por meio de:

I – campanhas publicitárias;

II – palestras, rodas de conversa e oficinas com especialistas;

III – distribuição de materiais informativos impressos e digitais;

IV – inserção de conteúdos sobre a Síndrome de Tourette nos projetos pedagógicos escolares;

V – concursos educativos e atividades voltadas à empatia e à inclusão de pessoas com a síndrome;

VI – afixação de cartazes informativos contendo dados sobre a síndrome e os canais de apoio disponíveis.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 8º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, para garantir sua fiel execução.


Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Plenário das Deliberações, 11 de novembro de 2025.


IEDA CHAVES

Deputada Estadual – UNIÃO BRASIL

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	Nº
AUTOR: DEPUTADA ESTADUAL IEDA CHAVES – UNIÃO BRASIL			
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Nobres Parlamentares, a presente proposição, fundamentada no art. 39, caput, da Constituição do Estado, bem como no art. 153, III, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, tem por finalidade instituir, no âmbito do Estado de Rondônia, a Política Estadual de Conscientização e Atenção Integral à Síndrome de Tourette.</p> <p>Cumpre destacar que a matéria em tela atende integralmente aos requisitos legais e regimentais, sendo de natureza legislativa e de iniciativa concorrente, conforme dispõe o art. 39 da Constituição Estadual:</p> <p style="text-align: right;">Art. 39. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição.</p> <p>Ademais, o Regimento Interno desta Casa Legislativa estabelece, em seu art. 153, inciso III, que a função legislativa é exercida, entre outros meios, por meio de projetos de leis ordinárias:</p> <p style="text-align: right;">Art. 153. A Assembleia exerce a sua função legislativa por vias de projetos de: III – leis ordinárias.</p> <p>A Síndrome de Tourette é um transtorno neuropsiquiátrico de início na infância, caracterizado por tiques motores e vocais involuntários, de natureza crônica, que pode provocar grande impacto na qualidade de vida de quem convive com a condição. Apesar de ainda pouco compreendida por parte da população, a síndrome não é rara e pode vir acompanhada de outros diagnósticos associados, como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC), ansiedade, fobia social, distúrbios do sono e outros.</p> <p>O desconhecimento sobre o tema contribui diretamente para a discriminação, o isolamento social e a evasão escolar de crianças e adolescentes com Tourette. Frequentemente confundida com comportamentos inadequados ou falta de disciplina, a síndrome acaba por reforçar estigmas e dificultar o acesso pleno aos direitos fundamentais dessas pessoas.</p>			

PROTOCOLO		PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	Nº
	AUTOR: DEPUTADA ESTADUAL IEDA CHAVES – UNIÃO BRASIL		
<p>Em Rondônia, assim como em outras unidades da Federação, ainda não há uma política estadual estruturada voltada à Síndrome de Tourette. O presente Projeto de Lei busca preencher essa lacuna, instituindo um programa que envolva o poder público, a sociedade civil, a rede de saúde e a educação, com ações coordenadas e permanentes. Ao reconhecer a condição de forma oficial e garantir um conjunto articulado de direitos e cuidados, o Estado avança na promoção da cidadania, da dignidade e da saúde mental.</p> <p>A Síndrome de Tourette não possui cura, mas com acompanhamento adequado e compreensão social, é possível garantir um cotidiano mais acolhedor para as pessoas que dela são acometidas. A presente proposição, portanto, representa um avanço necessário e urgente, no compromisso desta Casa com a inclusão, o cuidado e a justiça social.</p> <p>Diante do exposto, conto com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente matéria.</p> <p>Plenário das Deliberações, 11 de novembro de 2025.</p> <p> IEDA CHAVES Deputada Estadual – UNIÃO BRASIL</p>			